



Ministério da Cultura
Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC

ATA DA REUNIÃO DO
COLEGIADO SETORIAL
DE ARTES VISUAIS - CNPC

Brasília (DF), 28 de Outubro de 2009
Local: Hotel San Marco – Salão Rossini - Brasília/DF

1 **ATA REUNIÃO DO COLEGIADO SETORIAL DE ARTES VISUAIS**

2

3

4Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e nove, às nove
5horas nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, no Hotel San Marco,
6situado nesta capital, sob a presidência do Sr. **Gustavo Vidigal**
7(Secretário-Geral do CNPC), na presença dos (as) Senhores (as): Sr.
8**Alexandre Lambert** (Região Sudeste), Sra. **Ana Glafira** (Atividade
9Artística), Sra. **Andréa Luiza Paes** (FUNARTE), Sr. **Bruno Monteiro**
10(Dimensão Institucional), Sr. **Diógenes Chaves Gomes** (Região
11Nordeste), Sr. **Edgar Vasques** (Atividade Artística), Sr. **Emanuel**
12**Franco** (Região Norte), Sra. **Izabel Costa** (FUNARTE), Sr. **José**
13**Albio** (Assimilação Social da Produção), Sr. **Luiz Gustavo**
14**Vardânega** (Assimilação Social da Produção), Sr. **Marcelo de**
15**Barros** (Assimilação Social da Produção), Sr. **Newton Rocha Filho**
16(Atividade Artística), Sr. **Neno Brazil** (Região Sul), Sr. **Ricardo**
17**Rezende** (Funarte), Sr. **Sílvio Batistela** (Região Centro-Oeste), Sr.
18**Tarcísio Ribeiro** (Atividade Artística), Sr. **Wagner Barja** (Desenho
19Industrial): Teve início a Reunião do Colegiado Setorial de Artes
20Visuais coordenada pelo Senhor **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral
21do CNPC), servidor do Ministério da Cultura, destinado a apreciar a
22seguinte pauta: **Pauta do dia 28/10/09 - 1)** Abertura; **2)**
23Avaliação do Regimento Interno do Colegiado Setorial de Artes
24Visuais; **3)** Apresentação das Pré-Conferências Setoriais; **4)**
25Informes, Deliberações e Encaminhamentos. **Item 1 – Abertura:** O
26Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) deu início a
27reunião; Esclareceu a pauta e como seriam os trabalhos; **Item 2 –**
28**Avaliação do Regimento Interno do Colegiado Setorial de**
29**Música:** O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) passou
30ao próximo item de pauta; Deu início à leitura do documento a ser
31analisado, qual seja: *“REGIMENTO INTERNO - COLEGIADO SETORIAL*
32*DE ARTES VISUAIS - CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL*

33- Art. 1º O Colegiado Setorial de Artes Visuais é órgão integrante da
34estrutura do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, nos
35termos do Decreto 5.520, de 24 de agosto de 2005, e a Câmara
36Setorial de Artes Visuais em suas funções. Art. 2º O Colegiado
37Setorial de Artes Visuais é integrado por um Plenário, que será
38presidido pelo Secretário-Geral do CNPC, cabendo-lhe, além do voto
39pessoal, o de qualidade. § 1º A condução dos trabalhos deverá
40observar, no que couber e subsidiariamente, o disposto no
41Regimento Interno do CNPC. § 2º Na ausência do Secretário-Geral do
42CNPC o Plenário será presidido pelo Coordenador-Geral do CNPC. Art.
433º Compete ao Plenário do Colegiado de Artes Visuais: I – debater,
44analisar, acompanhar, solicitar informações e fornecer subsídios ao
45CNPC para a definição de políticas, diretrizes e estratégias
46relacionadas ao setor de Artes Visuais; II – revisar, acompanhar e
47avaliar as diretrizes do Plano Nacional de Artes Visuais; III –
48promover o diálogo entre poder público, sociedade civil e os agentes
49culturais, com vistas a fortalecer a economia da cultura e a circulação
50de idéias, de produtos e de serviços, assegurada a plena
51manifestação da diversidade das expressões culturais; IV – propor e
52acompanhar estudos que permitam identificação e diagnósticos
53precisos da cadeia produtiva, criativa e mediadora relacionada ao
54setor; V – promover pactos setoriais que dinamizem os arranjos
55produtivos relacionados ao setor nos planos nacional, regional e
56local; VI – incentivar a criação de redes sociais que subsidiem a
57formulação, a implantação e a continuidade de políticas públicas no
58respectivo setor; VII – estimular a integração de iniciativas sócio-
59culturais de agentes públicos e privados de modo a otimizar a
60aplicação de recursos para o desenvolvimento das políticas culturais;
61VIII– estimular a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e
62Municípios para a formulação, realização, acompanhamento e
63avaliação de políticas públicas na área da cultura, em especial as
64atinentes ao setor de Artes Visuais; IX – subsidiar o CNPC na

65avaliação das diretrizes e no acompanhamento do Plano Nacional de
66Cultura; X – propor parâmetros para a elaboração de editais públicos
67e de políticas de fomento ao setor de Artes Visuais e para a criação e
68avaliação da execução dos diversos mecanismos de incentivo
69cultural; XI – receber as informações necessárias para a avaliação e
70o aprimoramento dos editais aprovados e publicados; XII– auxiliar o
71CNPC em matérias relativas ao setor de Artes Visuais, respondendo
72às demandas do Plenário; XIII – incentivar a valorização das
73atividades e modalidades de exercício profissional vinculadas às Artes
74Visuais, além da formação de profissionais do setor; XIV – incentivar
75a promoção de atividades de pesquisa e formação; XV – estimular a
76promoção e o apoio de ações voltadas para a mediação da área
77específica; XVI – subsidiar o Plenário na elaboração de resoluções,
78proposições, recomendações e moções no âmbito do CNPC e do SFC;
79XVII – debater e emitir parecer sobre consulta que lhe for
80encaminhada pelo CNPC; Art. 4º O Plenário do Colegiado Setorial de
81Artes Visuais será composto por, titulares e suplentes,
82representantes do poder público e da sociedade civil nomeados pelo
83Ministro de Estado da Cultura, conforme segue: I – 5 (cinco)
84representantes do Poder Público, escolhidos dentre técnicos e
85especialistas indicados pelo Ministério da Cultura e/ou pelos órgãos
86estaduais, distritais e municipais relacionados ao setor e seus
87suplentes; II – 15 (quinze) representantes da sociedade civil
88organizada, escolhidos pelos 5 (cinco) fóruns setoriais de cada
89macrorregião administrativa e seus suplentes. § 1º As indicações e
90escolhas dos representantes citados nos incisos I e II deste artigo
91observarão, quando couber, normas publicadas pelo Ministério da
92Cultura. § 2º É membro nato do poder público o representante da
93entidade finalística integrante do SFC, cujas atribuições
94correspondam ao campo setorial de Artes Visuais. § 3º A sociedade
95civil, nos termos do inciso II, deverá ter 3 (três) representantes
96indicados por cada uma das cinco macrorregiões do país, garantindo-

97se o equilíbrio regional. § 4º A representação da sociedade civil
98deverá contemplar as áreas artística, produtiva e de mediação,
99relacionadas ao setor de Artes Visuais. § 5º Para dirimir eventuais
100conflitos de interesses, o Ministro de Estado da Cultura poderá indicar
101até 3 (três) membros de reconhecida atuação no setor atinente. § 6º
102O mandato dos representantes do poder público será de um ano,
103improrrogável, a contar da data da posse, sendo permitida uma única
104recondução. § 7º O mandato dos representantes da sociedade civil
105será de dois anos, improrrogável, a contar da data da posse, sendo
106permitida uma única recondução. § 8º Cada titular terá um suplente,
107escolhidos no mesmo processo eleitoral. Art. 5º Temas emergenciais
108e/ou transversais serão remetidos ao Plenário do CNPC, que
109deliberará sobre a conveniência e oportunidade de criação de Grupo
110de Trabalho ou Comissão Temática. Parágrafo Único – Os grupos de
111trabalho e comissões temáticas constituídos poderão, caso
112necessário, solicitar a participação de especialistas da área, por
113indicação do Colegiado Setorial de Artes Visuais, em consonância
114com o Regimento Interno do CNPC. Art. 6º As reuniões do Colegiado
115Setorial de Artes Visuais serão no mínimo semestrais, podendo ter
116sua periodicidade elevada, excepcionalmente, em razão de Plano de
117Trabalho apresentado e aprovado pela Coordenação-Geral do CNPC.
118Parágrafo único. O Ministério da Cultura, por meio do Secretário-
119Geral do CNPC, poderá convocar extraordinariamente o Colegiado
120Setorial de Artes Visuais, a qualquer tempo. Art. 7º As reuniões
121ordinárias do Colegiado Setorial de Artes Visuais serão públicas,
122instaladas com a presença da maioria simples de seus membros e
123convocadas pelo Secretário-Geral do CNPC. § 1º As reuniões serão
124realizadas, preferencialmente, em Brasília, sendo que as despesas
125dos representantes do Poder Público, das entidades empresariais, das
126fundações ou entidades, correrão a expensas das respectivas
127organizações. § 2º Além das reuniões presenciais, serão utilizados
128recursos tecnológicos como meio de intensificar os debates,

129especialmente videoconferências, fóruns de discussão na internet e
130mecanismos públicos de consulta não presenciais, a serem
131viabilizados pelo Ministério da Cultura. § 3º As atividades e decisões
132tomadas nas reuniões serão registradas em ata própria e tornadas
133públicas através da página eletrônica do CNPC. § 4º As reuniões
134deverão ser realizadas, preferencialmente, em datas não coincidentes
135com outras instâncias do CNPC. Art. 8º As decisões do Colegiado
136Setorial de Artes Visuais serão tomadas por maioria simples de votos,
137salvo o disposto no art. 14, deste Regimento Interno. § 1º O
138exercício do voto é privativo dos membros titulares ou suplentes, não
139sendo permitido seu exercício por representantes, mesmo que
140qualificados. § 2º A substituição do membro titular, em Plenário,
141poderá ser feita somente pelos suplentes eleitos, de acordo com o
142disposto no art. 4º. § 3º O membro suplente terá direito a voz e voto
143na ausência do titular. § 4º Todos os documentos, relatórios e atas
144de reuniões – presenciais ou remotas – produzidos pelo Colegiado
145Setorial de Artes Visuais deverão ser postos à disposição em sítio
146eletrônico, remetidos aos membros do colegiado e arquivados pelo
147Ministério da Cultura. Art. 9º A matéria a ser submetida à apreciação
148do Plenário pode ser apresentada por qualquer membro e constituir-
149se-á de: I – recomendação, quando se tratar de manifestação sobre
150implementação de políticas, programas públicos e normas com
151repercussão na área das Artes Visuais; e II – moção, quando se
152tratar de outra manifestação dirigida ao Poder Público e/ou à
153sociedade civil em caráter de alerta, comunicação honrosa ou
154pesarosa. § 1º As recomendações serão encaminhadas à Secretaria-
155Executiva do CNPC, que as colocarão na pauta da instância
156apropriada do Conselho para análise e tramitação, conforme ordem
157cronológica de apresentação ou atendendo às prioridades fixadas
158pelo Colegiado Setorial de Artes Visuais. § 2º As recomendações e
159moções serão datadas e numeradas em ordem distinta, cabendo à
160Secretaria-Executiva do CNPC coligi-las, ordená-las e indexá-las. § 3º

161As moções independem de apreciação por outras instâncias do
162Conselho, devendo ser votadas na reunião plenária que forem
163tempestivamente apresentadas ou, não havendo quorum ou tempo
164hábil para fazê-lo, na reunião subsequente. Art. 10. A articulação das
165agendas e a pauta de trabalho serão elaboradas e desenvolvidas pela
166Secretaria-Executiva do CNPC, em comum acordo com o Plenário do
167Colegiado Setorial de Artes Visuais. Art. 11. A participação dos
168membros do Colegiado Setorial de Artes Visuais é considerada
169prestação de serviço de relevante interesse público, não sendo
170remunerada. Art. 12. Poderão ser convidadas, pelo Plenário do
171Colegiado Setorial de Artes Visuais, para participarem de reuniões
172específicas, com direito a voz e sem direito a voto, pessoas e
173instituições relacionadas a assuntos que estejam sendo objeto de
174análise. Parágrafo único. A presença de pessoas convidadas não será
175computada para efeito de quorum das reuniões do Colegiado. Art. 13.
176Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as normas
177estabelecidas pelo Regimento Interno do CNPC. Parágrafo único. As
178dúvidas surgidas, na aplicação do presente Regimento Interno serão
179solucionadas pelo Plenário do CNPC, que, observada a legislação
180vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao
181funcionamento do Colegiado de Artes Visuais e à ordem dos
182trabalhos. Art. 14. O presente Regimento Interno poderá ser alterado
183mediante proposta do Plenário, com aprovação de dois terços dos
184membros do Colegiado. Art. 15. Este Regimento Interno deverá ser
185encaminhado ao Plenário do CNPC e submetido à aprovação do
186Ministro de Estado da Cultura.". O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-
187Geral do CNPC) informou que a contribuição que o Sr. Bruno Monteiro
188queria fazer era no artigo 4º. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão
189Institucional) propôs a inclusão do parágrafo 5º, no artigo 4º, qual
190seja: "*participação da escolha dos três representantes de cada*
191*macrorregião, três representantes de cada estado por região,*
192*indicados nos fóruns estaduais, quando houver fórum estadual, sendo*

193estes fóruns compostos por profissionais e ou instituições não
194públicas, não ligadas ao Estado, vide a legislação, horizontal e ou
195verticalmente da área notoriamente referendados pela classe com no
196mínimo 3 anos de atuação no setor comprovadas por dossiê e os
197representantes escolhidos nos fóruns regionais comporão o colegiado
198setorial, que ficará responsável pela eleição de seu representante
199para o CNPC para o segmento.”; Explicou que o colegiado teria que
200ser formado por três representantes por região, sendo assim essa
201proposta contemplava que fosse temática e regional a composição
202dos colegiados, então a representação seria de 3 representantes por
203região, e para que houvesse essa eleição, cada estado enviaria três
204representantes, assim haveria um encontro regional onde sairiam os
205três representantes com seus suplentes; O Sr. **Gustavo Vidigal**
206(Secretário-Geral do CNPC) Explicou que esse era o Regimento
207Interno do Colegiado Setorial, e a eleição seria regida por uma
208portaria do Ministério que iria tomar por base o processo eleitoral de
209um modo geral de todos os colegiados; Sugeriu que definissem como
210seria a representação, pois no que dizia respeito ao Regimento
211Interno, o que eles podiam fazer era definir quais os segmentos que
212estariam representados dentro do Colegiado. O Sr. **Tarcísio Ribeiro**
213(Atividade Artística) colocou que uma das dificuldades que eles
214tinham era exatamente saber o que era o setor de Artes Visuais, que
215era um imbróglio, pois abarcava uma infinidade de coisas, e até
216então eles não tinham como definir o que eram as artes visuais. O Sr.
217**Luiz Gustavo Vardânega** (Assimilação Social da Produção) colocou
218também que tinha que definir também entre pessoa física e pessoa
219jurídica. A Sra. **Ana Glafira** (Atividade Artística) levantou que quando
220se pensava no número de 3 por região, mas no Sul havia 3 estados e
221no nordeste 9 estados, isso acabava dando uma representatividade
222maior entre uma região e outra, isso dependeria da qualidade dessa
223representatividade, e isso teria que ser pensado, para manter essa
224diversidade. O Sr. **Emanuel Franco** (Região Norte) explicou que

225tinha um panorama na Amazônia onde Belém traduzia uma produção
226muito mais avançada em termos de Arte Contemporânea, em Artes
227Visuais, e a partir disso tinham uma cadeia produtiva que estava
228trabalhando em conjunto com os órgãos institucionais, e eles
229tentavam estabelecer uma parceria com outros estados e não
230conseguiram, mas ele, como representante da região norte não
231conseguia fazer isso. O Sr. **Diógenes Chaves Gomes** (Região
232Nordeste) colocou que era complicado definir qual era a cadeia
233produtiva do setor de Artes Visuais, então colocou que eles deviam
234continuar pensando na questão dos números e dos estados, e a
235questão da cadeia produtiva deixariam mais para frente; Reiterou
236que deveriam manter da forma como estava no parágrafo 4º, pois
237eles estavam definindo algo muito complexo, então era melhor deixar
238como estava para que não perdessem espaço; Propôs a manutenção
239do parágrafo 4º. O Sr. **Luiz Gustavo Vardânega** (Assimilação Social
240da Produção) colocou que o que havia sido levantado pelo Sr. Manoel,
241com relação ao artigo 12, que poderiam ser convidados, poderia ter
242um assento para essas pessoas convidadas, dependendo do interesse
243do Colegiado. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) colocou que a
244primeira vez que viu como funcionavam as Artes Visuais tinha achado
245tudo muito complexo, então eles tinham que priorizar aquele que
246produzia arte, aquele que mediava e também fazia a circulação, não
247dava para simplesmente pensar em reunir todo mundo; Explicou que
248já havia uma Associação que trabalhava com Arte Contemporânea, a
249Associação Brasileira de Arte Contemporânea, que já estava
250articulando com Governo Federal e com o Ministério da Cultura ações
251para esse mercado de Arte Contemporânea no Brasil. O Sr. **Tarcísio**
252**Ribeiro** (Atividade Artística) colocou que os atores dentro do
253colegiado deveriam ser mais os artistas, pois os outros segmentos
254estavam se organizando de certa forma. O Sr. **Ricardo Rezende**
255(Funarte) questionou porque o IBRAM também não estava ali naquele
256espaço, pois também fazia parte daquela cadeia. A Sra. **Ana Glafira**

257(Atividade Artística) colocou que os artistas tinham sido os últimos a
258saber da criação do IBRAM. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte)
259reiterou que tinham que definir dentro do Ministério da Cultura as
260políticas para as Artes Visuais, também o IPHAN e o IBRAM, então
261eles tinham que definir quem iria fazer o quê, para saber de quem
262eles iriam cobrar, e saber quem eles deveriam ter dentro do
263colegiado. O Sr. **Neno Brazil** (Região Sul) colocou que o artista
264normalmente era o que estava mais desarticulado, era o que estava
265sozinho e se não fosse ele fazer algo não aconteceria nada. O Sr.
266**Ricardo Rezende** (Funarte) explicou que as reuniões municipais que
267estavam sendo organizadas por ele, estavam tendo participação
268quase nula dos artistas visuais, então como eles iriam mobilizar isso.
269O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC) solicitou que
270resolvessem a questão daquele artigo, pois havia apenas um artigo
271destacado, e após isso passariam a fazer um debate maior sobre as
272Artes Visuais; Explicou que o IBRAM e o IPHAN já entravam na cota
273de representantes do poder público. O Sr. **Bruno Monteiro**
274(Dimensão Institucional) observou que aquilo tudo tinha a ver com a
275proposta que eles haviam encaminhado do reconhecimento de
276profissionais que atuem na área e do reconhecimento da própria
277classe; Colocou que tendo mercado além das galerias e além da
278academia, que são instituições estabelecidas historicamente
279organizadas, que o artista visual nunca foi uma prioridade, nem
280acadêmica, nem de pesquisa e nem de mercado; Ressaltou que isso é
281fundamental e que isso tem que ser pensado, além de levar em conta
282o significado desses personagens e a intimidade dessas pessoas, e
283ainda que o essencial seria que cada estado se encarregue de criar
284essa vascularização de acordo com a sua realidade e a partir daí se
285estabeleça esse diálogo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do
286CNPC) explicou que o artigo 4º colocava de cada macrorregião a idéia
287de fazer a renovação e isso seria discutido na parte da tarde, mas
288avisou que a idéia era casar o evento de renovação dos Colegiados

289junto com as pré-conferências e uma discussão mais ampla do plano
290setorial de artes visuais que havia sido discutido na reunião passada.
291O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) colocou que como era o seu
292primeiro encontro com o Colegiado, que estava gostando muito;
293Disse que estavam com um processo grande dentro da Funarte de
294pensar em uma política para o Ministério da Cultura; Explicou que
295teriam dia 11 uma reunião do Núcleo Estratégico do Ministério da
296Cultura onde a Funarte vai ter que expor a sua política de curto prazo
297e de longo prazo para essa proposta imediata para 2010; Ressaltou
298que era legal escutar o que os senhores estavam colocando, inclusive
299para objetivar essas questões; Relatou que estão passando por um
300processo de estruturação na Funarte e que essa estrutura que vai
301passar no Congresso, portanto tem que haver uma discussão de
302quem serão esses representantes, por ser quem estará trabalhando
303dentro do Funarte também, cada vez mais nesse sentido. O Sr.
304**Edgar Vasques** (Atividade Artística) ressaltou que essa seria a
305discussão que iriam ter naquele momento e que essa questão de
306como eleger os representantes das macrorregiões era o ponto
307fundamental; Ressaltou que a questão da representatividade era um
308problema sério e que não tinham condições nenhuma de discutir isso
309em cada base, portanto esse seria um trabalho em processos que
310eles teriam que rever depois. O Sr. **Newton Rocha Filho** (Atividade
311Artística) colocou que achava bem pertinente também a questão do
312regimento, e que podiam realmente objetivá-lo, deixando as outras
313discussões mais amplas para a parte da tarde; Ressaltou que no
314Artigo 4º, o Parágrafo 4º estava em aberto e que podiam deixar
315assim, pois era muito difícil especificar as três categorias; Colocou
316que no artigo 8º, o parágrafo 4º tinha mais a ver com a fala do Sr.
317Edgar e, ainda, que o documento anterior não havia sido publicado, e
318esse era o ponto mais grave da situação; Relatou que haviam ficado
319meses trabalhando para filtrar aquelas idéias e fazer aqueles debates
320chegarem numa proposta, pelo menos numa síntese, mas teve muita

321divergência, muita discussão e que a proposta era divulgar aquilo
322para que fosse melhorado pela comunidade, para que sofresse novas
323críticas, porque aquilo não era o fim, mas havia sido a melhor síntese
324possível. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)
325informou que o material todo seria publicado, e que já estava
326disponível no site, mas seria publicado junto com o material de todas
327as câmaras setoriais. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão Institucional)
328colocou que tinha esquecido o que era exatamente essa porosidade
329que caracterizava o artista visual; Disse que há um risco iminente
330muito grande se restringirem a formação de artes visuais e com a
331elaboração do que são as artes visuais para aquilo que diz respeito
332para políticas de artes visuais e, segundo ele, isso não
333necessariamente pertencia aos outros segmentos; Lembrou que se
334deve ter o cuidado de levar em conta sempre a necessidade de
335pensar nas diferenças dos segmentos em termos de conhecimento,
336em termos de demandas, em termos de diálogos, que cada segmento
337tem a sua particularidade; Ressaltou que isso precisaria ser pensado
338e que a idéia era ser mais radical e que achava que o texto tal qual
339ele estava, limitava, e ainda que talvez a questão fosse o limite de
340quantidade que estavam determinando. O Sr. **Alexandre Lambert**
341(Região Sudeste) colocou que havia dois problemas, os informes
342setoriais nas macrorregiões e a Funarte; Disse que seria bom se
343tivessem uma Funarte em cada macrorregião e que os fóruns
344setoriais fossem eleitos nessas macrorregiões; Ressaltou que assim
345teriam um trabalho mais interessante, uma parte mais séria, e que se
346fechar ou limitar qualquer coisa nessa área em termos de quem pode
347ser eleito seria muito complicado; Observou que se preocupava com
348a questão da quantidade por região e colocou que o Nordeste sairia
349prejudicado. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)
350explicou que isso não era possível, e que era parte do Regimento
351Interno do Plenário do CNPC, sendo assim teriam que ser três por
352cada macrorregião, agora dentro dessa macro-região poderia ter

353artista, produtor, universidade, ou seja, poderia mudar o objeto, mas
354não poderia mudar os valores. O Sr. **Tarcísio Ribeiro** (Atividade
355Artística) colocou que poderiam sinalizar especificamente que no
356setor de artes visuais existe uma disparidade muito grande e
357macrorregiões, e que não teria como especificar o termo de cada uma
358dessas macrorregiões; Disse que considerava que a Funarte era
359fundamental, mas que ela não deveria ser a única responsável para
360eles não se isentarem da responsabilidade. O Sr. **Gustavo Vidigal**
361(Secretário-Geral do CNPC) propôs então que a redação do parágrafo
3624º ficasse da seguinte forma "*A representação da sociedade civil*
363*deverá ser definida pelos fóruns de cada uma das macrorregiões*". O
364Sr. **Newton Rocha Filho** (Atividade Artística) sugeriu que
365colocassem ao invés de "a representação da sociedade civil deverá
366contemplar", poderiam colocar "sugere-se que a representação da
367sociedade civil contemple as áreas de...", porque assim teria
368margem; Ressaltou que "sugere-se" era melhor do que "deverá", e
369que assim não se restringe em função o que cada região tem de
370composição diferente. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) sugeriu
371então: "*A representação da sociedade civil poderá envolver várias*
372*artes artísticas produções e mediação*". Após deliberações, o Sr.
373**Newton Rocha Filho** (Atividade Artística) sugeriu então: "*A*
374*representação da sociedade civil deverá preferencialmente*
375*contemplar as atividades artísticas, produtiva e de mediação*
376*relacionadas ao setor de artes visuais*". O Sr. **Gustavo Vidigal**
377(Secretário-Geral do CNPC) concluiu o regimento interno, e informou
378que na parte da tarde a Secretaria de Políticas Culturais, que é
379encarregada de coordenar as pré-conferências setoriais, iria
380apresentar um modelo de como irão funcionar as pré-conferências
381setoriais, que será anterior a Conferência Nacional; Avisou que a
382Conferência Nacional será em março, portanto as pré-conferências
383setoriais teriam que acontecer até o dia 31 de janeiro de 2010;
384Explicou que iria discutir os temas da pré-conferência, como a

385linguagem das artes visuais e iria discutir também a renovação dos
386Colegiados, e, ainda, que todos serão delegados natos para a pré-
387conferência setorial. O Sr. **Luiz Gustavo Vardânega** (Assimilação
388Social da Produção) colocou que o ideal seria que cada estado fizesse
389uma pré-conferência e depois também regionalmente houvesse uma
390pré-conferência e nessa pré-conferência regional já viessem os 3
391representantes eleitos, disse que isso seria o ideal em termos de
392processo. O Sr. **Gustavo Vidigal** (Secretário-Geral do CNPC)
393concordou que seria o ideal, mas explicou que o fórum de eleição vai
394ser a pré-conferência, então lá que poderão ter uma população
395prévia, o que facilita, mas lembrou que poderia ter gente nova
396querendo disputar uma dessas vagas; Informou que na parte da
397tarde não estaria presente, mas todos veriam o formato das pré-
398conferências setoriais, o que esclareceria muitas dúvidas; Lembrou
399ainda que se a organização política de agora não for forte o
400suficiente, no fim do ano que vem poderiam ter uma ruptura e o que
401irá garantir que não tenha essa ruptura será a força política,
402portanto, era importante todos pensarem num mecanismo estadual
403onde cada estado, onde cada pessoa que está envolvida envie
404representantes, porque isso era sim uma questão regional; Finalizou
405os trabalhos da parte da manhã. Na parte da tarde, o Sr. **Marcelo**
406**Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que iria juntar os dois
407colegiados para fazer a apresentação das pré-conferências setoriais, e
408depois eles separariam de novo os colegiados. O Sr. **Pedro**
409**Domingues** (Consultor SPC) iniciou sua apresentação sobre as pré-
410conferências setoriais, uma proposta de organização da participação
411dos setores na Conferência Nacional de Cultura, e ainda disse que
412essa proposta já existia desde a 1ª Conferência Nacional de Cultura;
413Colocou que as Pré-Conferências Setoriais de Cultura têm caráter
414mobilizador, propositivo e eletivo e são instâncias regionais da II
415Conferência Nacional de Cultura, relacionadas às áreas técnico-
416artísticas e de patrimônio cultural com assento no Conselho Nacional

417de Política Cultural; Relatou que os objetivos principais das Pré-
418Conferências seriam: Promover o debate entre artistas, produtores,
419conselheiros, gestores, investidores e demais protagonistas da
420cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das
421opiniões; Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de
422fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, investidores e ativistas
423culturais; Debater e encaminhar propostas relativas ao temário da II
424CNC; Debater as diretrizes e ações específicas para cada segmento,
425de forma a contribuir com a formulação e avaliação dos respectivos
426Planos Nacionais Setoriais; Eleger os delegados setoriais das cinco
427macrorregiões brasileiras para a II CNC, representantes das áreas
428técnico-artísticas e de patrimônio cultural com assento no Plenário do
429CNPC; Instalar os colégios eleitorais regionais, responsáveis pela
430eleição dos membros dos Colegiados Setoriais instalados no âmbito
431do CNPC, bem como pela elaboração de listas tríplices com indicação
432de nomes que comporão a representação setorial do Plenário do
433CNPC; e Eleger os membros dos Colegiados Setoriais constituídos no
434âmbito do CNPC para o exercício do mandato referente ao biênio
4352010/2011, nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional
436de Política Cultural. O Sr. **Pedro Domingues** (Consultor SPC)
437explicou que a organização das plenárias das Pré-conferências
438Setoriais de Cultura serão constituídas de delegações setoriais de
439todo país, respeitando o equilíbrio entre as unidades da federação,
440escolhidas em processos de mobilização setorial, inclusive através de
441fóruns setoriais locais, orientados e supervisionados pelo Ministério
442da Cultura; Informou que o Ministério criou um Comitê Executivo,
443composto pela Secretaria Executiva, Secretaria de Articulação
444Institucional e Secretaria de Políticas Culturais, para dar assessoria
445ao Comitê Nacional; Informou ainda que terão comissões temáticas,
446para cada um dos segmentos artísticos e culturais, compostas pelas
447instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, de acordo com sua
448especialização e missão institucional, ficando incumbidas de

449organizar, junto ao Comitê, os processos presenciais e virtuais que
450forem programados, na forma de regulamento; Ressaltou que cada
451comissão temática terá como responsabilidade a promoção,
452fiscalização e acompanhamento da mobilização dos setores, e deverá
453orientar a normatização do processo de escolha dos participantes
454para as pré-conferências setoriais, contemplando os critérios gerais a
455seguir: Abrangência Territorial, Complexidade de Cada Setor,
456Incorporação dos Agentes Econômicos e Técnicos, Representatividade
457Diversificada e Reconhecimento das Instituições e Organizações
458Setoriais; Explicou que serão realizadas Pré-Conferências Setoriais de
459Cultura para as áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural
460constituídas em Colegiados Setoriais com assento no Plenário do
461CNPC; Colocou também que as Pré-conferências serão realizadas até
462o dia 31 de janeiro de 2010 e serão organizadas pelo Ministério da
463Cultura com o apoio dos entes federados e entidades não
464governamentais. Na continuidade, o Sr. **Pedro Domingues**
465(Consultor SPC) informou que serão realizadas por área
466individualmente ou agrupando diversas áreas, e poderão contar com
467plenárias virtuais e/ou presenciais e ainda, que as áreas que eram
46816, agora são 19, quais sejam: Arte Digital, Artesanato, Arquitetura,
469Arquivos, Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Culturas Afro-Brasileiras,
470Culturas Indígenas, Culturas Populares, Dança, Design, Livro, Leitura
471e Literatura, Moda, Museus, Música, Patrimônio Imaterial, Patrimônio
472Material e Teatro. Informou que a composição das plenárias se dará
473por: Representantes do poder público, sendo 01 representante de
474cada uma das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural,
475indicados pelo órgão estadual de cultura, entre funcionários e
476gestores municipais ou estaduais de cultura; Candidatos a delegados
477da sociedade civil, sendo 03 representantes de cada uma das áreas
478técnico-artísticas e de patrimônio cultural, através de critérios
479estabelecidos pelo órgão responsável pela realização; Delegados
480natos oriundos dos Colegiados Setoriais e da Plenária do Conselho

481conforme área de atuação; As plenárias das Pré-conferências
482Setoriais contarão ainda com convidados com direito a voz; e
483observadores sem direito a voz e voto, para cada uma das áreas
484artísticas e de patrimônio cultural, a ser definido em comum acordo
485entre o Comitê Executivo Setorial e o órgão responsável pela
486realização. Explicou que a participação nas Plenárias será da seguinte
487forma: Os candidatos a delegados da sociedade civil, tem direito a
488voz e voto, votam e são votados; Os representantes do poder público
489e os convidados têm direito a voz, mas não podem votar, nem serem
490votados; E os observadores sem direito a voz e voto, não podem
491opinar, votar ou serem votados. Informou que existem cinco eixos
492temáticos que se tem trabalhado, e que cada Pré-Conferência Setorial
493encaminhará uma estratégia por eixo temático para discussão na
494plenária geral da II CNC; Relatou que as Pré-Conferências Setoriais
495de Cultura elegerão até 200 delegados setoriais que participarão da
496Plenária Nacional da II CNC, sendo assegurada a participação de até
49710 delegados por setor, sendo 02 por região; E ainda que a data
498limite para a composição das delegações e as estratégias
499selecionadas deverão ser informadas ao Comitê Executivo Nacional
500até o dia 04 de fevereiro de 2010. O Sr. **Marcelo Veiga**
501(Coordenador-Geral do CNPC) informou a todos que as dúvidas que
502iriam surgir a partir daquele momento poderiam ser tratadas em cada
503colegiado, então solicitou que o colegiado da dança retornasse a sala
504de origem para que continuassem a reunião independentemente. O
505Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) colocou que tinham conversado
506como organizariam essa pré-conferência, pensaram em fazer em
507Brasília por uma questão de logística e facilidade, a princípio seria no
508Rio de Janeiro por facilidade para Funarte, mas Rio de Janeiro no mês
509de janeiro seria um problema, alta estação, altos preços das diárias,
510então acharam que seria mais conveniente que fosse em Brasília,
511então seria mais tranquilo encontrar hotéis que os abrigassem;
512Sugeriram que a reunião durasse 2 dias, mais precisamente 26 e 27

513de janeiro, e juntariam então o teatro, a dança, o circo e as artes
514visuais nesses 2 dias, como uma conferência inicial de abertura onde
515todas as artes cênicas e artes visuais estariam juntas para pensar
516uma Funarte do século XXI, onde as linguagens estariam se
517convergindo, a idéia era começar a discussão nesse sentido e a tarde
518e no dia seguinte separavam e cada área iria tratar das suas
519especificidades. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
520colocou que ficaria como sugestão, mas eles não iriam entrar no
521debate, pois cada um tinha a sua especificidade de cada segmento,
522então o pessoal da dança ia para a outra sala e continuariam com
523essas questões. O Sr. **Pedro Domingues** (SPC) avisou que o
524material iria ser disponibilizado no site do conselho no *link*
525“colegiados setoriais”, onde eles poderiam baixar acessando o site do
526MINC – CNPC; Explicou que conforme as datas forem sendo
527confirmadas, seriam acrescentadas a essas informações tanto no *site* do
528conselho, quanto no blog da conferência. O Sr. **Newton Rocha Filho**
529(Atividade Artística) questionou o que seria a data de 4 de fevereiro
530se a data das pré-conferências era 26 e 27. O Sr. **Pedro Domingues**
531(SPC) esclareceu que as pré-conferências iam gerar conteúdos
532propositivos para a Conferência Nacional de Cultura, então eles
533estavam contando com a data da realização das pré-conferências até
53431 de janeiro, e a partir disso quem realizasse até o último dia teria
535até o dia 4 de fevereiro para encaminhar a lista dos delegados eleitos
536e as proposições para a conferência até essa data, sob risco de não
537constar no documento geral da conferência, essa era a data limite
538para a comissão que estava sistematizando as contribuições do país
539todo para terem acesso ao conteúdo das pré-conferências. O Sr.
540**Newton Rocha Filho** (Atividade Artística) questionou quanto ao
541número de representantes regionais por setor, pois teria falado que
542seriam 2, mas no papel seriam 3. O Sr. **Pedro Domingues** (SPC)
543explicou que o papel era sobre os colegiados, eram 2 eleições
544paralelas, uma eleição para a escolha de delegados que iriam para a

545 Conferência Nacional de Cultura que seriam 2 por região, esse era o
546 número de delegados na Conferência Nacional de Cultura, outra coisa
547 era que na pré-conferência também se renovariam os colegiados
548 setoriais ou se montariam as listas tríplices do Conselho Nacional de
549 Política Cultural, no caso dos colegiados o regimento interno do
550 conselho previa 3 representantes por região, então cada colegiado
551 setorial estava em processo de discussão sobre a renovação do
552 colegiado e as questões que estavam sendo encaminhadas iam
553 afetar esse processo, então o que aconteceria na conferência setorial
554 era que os delegados ali presentes iam eleger os membros dos
555 colegiados, segundo regras eleitorais que o conselho estava lançando
556 e os participantes da pré-conferência também escolheriam delegados
557 para a Conferência Nacional de Cultura, eram duas coisas distintas. O
558 Sr. **Newton Rocha Filho** (Atividade Artística) questionou também
559 quanto à nomenclatura, pois ele teria citado as áreas que eram
560 acatadas pela FUNARTE e depois citou algumas outras incluindo a
561 arte digital, e queria saber, pois eles tinham a arte digital como GT e
562 não como colegiado, e ele teria chamado de colegiado. O Sr. **Pedro**
563 **Domingues** (SPC) explicou que era porque formalmente estavam
564 constituídos 8 colegiados no CNPC, os 6 que já estavam na última
565 reunião do conselho, 5 áreas de atuação da FUNARTE, haviam sido
566 aprovadas a constituição de mais 2 colegiados, cultura popular e
567 culturas indígenas, e as demais áreas tinham representantes na
568 plenária do CNPC, fora as outras 12 áreas que tinham conselheiros na
569 plenária do conselho, mas não contavam como colegiados setoriais e
570 dessas 12 áreas, 4 foram recentemente incluídas que era arquitetura,
571 moda, design e artesanato e elas sequer tinham conselheiros ainda,
572 então quando os grupos de trabalho de arte digital, e cultura popular
573 e cultura indígena que já foram grupos de trabalho e haviam se
574 tornado colegiados setoriais, era apenas um ruído de informação
575 naquela lógica, porque de verdade o que estavam falando era de
576 conselheiros, colegiados e processo de escolha desses

577representantes. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) colocou que
578tinham que esclarecer também qual era o entendimento do que eram
579as artes visuais e o que era a arte digital e do que era cultura digital,
580eles tinham que deixar isso muito claro porque estavam vendo várias
581explicações dentro do Ministério, dentro da Funarte que ao invés de
582esclarecer, estava confundindo mais ainda. O Sr. **Pedro Domingues**
583(SPC) concordou com o que o Sr. Ricardo Rezende falou e explicou
584que o que estava apresentando não dependia dessa discussão, em
585termos formais o que eles tinham tecnicamente era um conselho que
586tinha uma plenária e que nessa plenária tinha representações de 20
587setores técnicos, artísticos, além das representações da sociedade
588civil e do poder público e tinham 20 conselheiros ou 20 cadeiras de
589conselheiros certo, dessas 20, 4 ainda iriam escolher pela primeira
590vez seus conselheiros que eram esses quatro que haviam entrado
591em outubro e as outras 16 já contavam com conselheiros, alguns
592conselheiros encaminhados por listas tríplices, que era o caso de arte
593digital, e outros conselheiros escolhidos dentro do âmbito dos
594colegiados era o caso de arte visual, música, teatro, dança, então era
595um questão até mais ampla, tinham uma questão conceitual, uma
596questão de encaminhamento, uma questão de instâncias de
597encaminhamento, instâncias de proposição, estavam falando de uma
598instância de proposição que eram as conferências e que considerando
599que elas compunham as instâncias do conselho e que o conselho
600estaria em processo de renovação esse ano, se conciliassem esses 2
601processos para se evitar uma mobilização da mesma sociedade no
602mesmo período para duas coisas que dialogavam internamente, por
603isso a pré-conferência havia sido transformada em um espaço
604eleitoral. O Sr. **Marcelo de Barros** (Assimilação Social da Produção)
605questionou se a pré-conferência teria 3 representantes por estado e
606mais os 15 do colegiado. O Sr. **Pedro Domingues** (SPC) explicou
607que sim, em tese 4 de cada estado considerando o representante do
608poder público mesmo que ele não tivesse direito a voto, mas ele

609compunha uma delegação no debate das pactuações. O Sr. **Marcelo**
610**de Barros** (Assimilação Social da Produção) solicitou antes de fazer
611sua pergunta, que o pessoal que estava manipulando o site que
612apresentassem o texto da câmara setorial de artes visuais que havia
613sido colocado e que já estava no site, porque a dúvida que teria
614surgido durante o almoço era se o texto que estava lá era o primeiro
615documento que eles tinham apresentado em 2005 trazendo as
616propostas das bases dos estados ou se esse texto era o documento
617final. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão Institucional) esclareceu que
618eram os dois e mais todas as propostas que tinham sido
619encaminhadas. O Sr. **Pedro Domingues** (SPC) questionou se
620quando o Sr. Marcelo falava do texto final se estava se referindo ao
621texto que o relator de artes visuais teria encaminhado em relação ao
622plano. O Sr. **Marcelo de Barros** (Assimilação Social da Produção)
623explicou que era o texto final formulado pelos integrantes da câmara
624setorial de artes visuais; Explicou que havia sido colocado para eles
625que o texto estaria online e eles como representante dos estados e
626regiões tinha feito as contribuições intelectuais e eram cobrados pelas
627bases; Propôs que a FUNARTE também disponibilizasse. O Sr. **Pedro**
628**Domingues** (SPC) esclareceu que o texto ao qual se referia passou a
629ser tratado com a base de um Plano Nacional de Artes Visuais e seria
630disponibilizada concomitantemente a pré-conferência, porque a partir
631daí ele passaria a ser material de consulta pública. O Sr. **Marcelo de**
632**Barros** (Assimilação Social da Produção) informou que estava
633colocado que esse conteúdo estaria disponibilizado para qualquer
634pessoa. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) informou que
635seria solicitado a informação de autoria e colaboração. O Sr. **Marcelo**
636**de Barros** (Assimilação Social da Produção) questionou o que iria
637acontecer com esses conteúdos desenvolvidos, a dúvida geral era o
638procedimento nos estados de como fazer isso, essa era uma questão
639que eles gostariam de ter uma orientação. O Sr. **Pedro Domingues**
640(SPC) esclareceu que essa era uma decisão, uma definição de

641Instituição ou Secretaria do Ministério que estava atuando junto aos
642segmentos e cada uma estava encontrando uma forma diferenciada
643de agir, alguns setores já por tradição, fóruns estaduais atuantes que
644tinham resolvido essas questões de apresentação para esse
645segmento ou outros, como no caso do patrimônio edificado, ele tinha
646os conselhos de patrimônio nos estados e nos municípios, nas cidades
647históricas tinha uma base de representação diferente dos setores
648como teatro, dança, artes visuais, então a natureza do setor afetava
649isso e a forma de como a instituição ligada ao Ministério da Cultura se
650articulava com esses setores também se modificava. O Sr. **Fabiano**
651**Lima** (Assessor Técnico CNPC) esclareceu que aqueles critérios
652teriam sido discutidos e acordados dentro da Secretaria de
653Diversidade, então eram critérios consensuados entre a Secretaria e
654o segmento que iria se fazer representar e pelo qual o processo iria
655escolher seus representantes; Explicou que o objetivo hoje aqui
656daquela tarde era também avançar naquele sentido de tirar os 81
657representantes do segmento de artes visuais que iriam representá-los
658nas pré-conferências, que formariam um colégio eleitoral importante
659porque aquele era o colégio eleitoral que iria escolher primeiramente
660os delegados para a Conferência Nacional e também era um
661colegiado importante porque era nesse colegiado que iria ser feita a
662escolha do representante do Colegiado Setorial. O Sr. **Alexandre**
663**Lambert** (Região Sudeste) colocou que havia alguns problemas
664quando o Pedro falava em consulta pública, colocar os textos em
665consulta, pois que tipo de consulta pública seria essa, se essa
666questão de consulta pública era para as pessoas chegarem e ver o
667que estava escrito e não dizer se concordava ou não; Questionou
668quanto aos conselheiros de artesanato, moda, design, pois tudo isso
669estaria dentro das artes visuais; Considerou um erro Arte Digital, pois
670assim estaria limitando a 3 campos de arte, manual, podal e digital, e
671isso era um erro, arte digital seria quem pinta com o dedo, era um
672equivoco que mudasse o nome. O Sr. **Pedro Domingues** (SPC)

673observou que naquele momento eles estavam discutindo as pré-
674conferências e o que os membros do colegiado estavam começando a
675levantar questões que dizia respeito às decisões do CNPC feitas em
676plenária onde os conselheiros se fizeram representar e tinham mais
677ciência de como havia chegado a isso; Esclareceu que aquelas
678questões deveriam ser levadas a plenária do Conselho e que não
679tinha autoridade e nem bagagem para discutir com os membros do
680Colegiado aquelas questões, então que eles se mantivessem as
681questões das pré-conferências. O Sr. **Alexandre Lambert** (Região
682Sudeste) colocou que a questão das listas tríplexes para as artes
683visuais era um problema, pois como artistas plásticos eles não eram
684grupos, não tinham sindicatos, não tinham organizações,
685associações, então questionou quem iria indicar. A Sra. **Ana Glafira**
686(Atividade Artística) reiterou a questão do Sr. Alexandre Lambert e
687colocou que devido à especificidade e a complexidade das Artes
688Visuais, talvez fosse até bom ter essa divisão, pois assim teriam mais
689voz dentro do nosso segmento e precisariam então redefinir quem o
690colegiado setorial de artes visuais estava representando; Colocou que
691para que pudessem então afunilar as preocupações que eles tinham,
692com a preocupação que de alguma forma todas aquelas questões
693estariam inseridas; Questionou qual era o status real em termos de
694CNPC da arquitetura, moda, design e artesanato, pois
695particularmente interessavam aqueles contatos com pessoas da
696arquitetura, moda, design e artesanato e queria esses contatos. O Sr.
697**Pedro Domingues** (SPC) explicou que não tinha conhecimento
698naquelas áreas, não era sua área de trabalho, mas informou que
699quanto ao status das 4, elas haviam sido recém aprovadas pelo
700Conselho, o assento, a indicação de que elas tivessem e agora no
701começo de outubro, houve o decreto reformando a estrutura do
702CNPC, então pelo tempo que isso teria acontecido não existia ainda
703conselheiro até porque o processo de indicação de conselheiro
704tramitava formalmente de acordo com o processo do Conselho, com a

705 indicação da lista tríplice com indicação do Ministro que era quem
706 tinha a prerrogativa de escolher entre os nomes indicados e que
707 passaria a ser conselheiro, então não havia tempo hábil para ter
708 acontecido ainda, pois a reformulação do decreto era bem recente;
709 Informou que a questão da distribuição de orçamento era inócua
710 tendo em vista que ali não era o âmbito de discussão de orçamento,
711 era de representação e de discussões de políticas públicas de um
712 modo geral. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) informou
713 que encerraria as inscrições e solicitou que tentassem encaminhar
714 alguma proposta quanto à organização das pré-conferências. O Sr.
715 **Bruno Monteiro** (Dimensão Institucional) propôs quanto à indicação
716 dos estados e das listas tríplices, que a escolha a partir dessas listas
717 tríplices se desse com aval dos colegiados, isso era uma coisa
718 importante, que o colegiado pudesse cumprir com esse compromisso;
719 Esclareceu, quanto à questão da arte digital, que recordava do
720 processo de 2005/2006, no qual o colegiado tinha uma discussão
721 para esse Colegiado Setorial de Arte Digital que era Arte Tecnológica,
722 e durante todo o processo tinham visto que não tinha sentido
723 desmembrar, talvez teria uma representação específica para as novas
724 mídias, mas não especificamente para arte e tecnologia, uma vez que
725 tinham abordado todos aqueles temas e haviam chegado a conclusão
726 de que certamente isso era possível e que algo estava escapando e
727 eles não abarcariam naquele curto espaço de tempo; explicou que
728 havia ficado decidido que não era necessário mais um colegiado, pois
729 haviam mais duas pessoas que trabalhavam pelo mesmo setor, mas
730 que havia recebido uma carta do Ministério comunicando que estava
731 sendo criado o Colegiado de Artes Visuais e em 2007, dezembro de
732 2007, quando teriam tomado posse no Conselho havia a
733 representação de Arte Digital e a representante era a Sra. Patrícia
734 Canetti, que era uma indicação do Ministro Gilberto Gil, então essas
735 eram as informações que ele tinha sobre arte digital e que, de
736 alguma forma, teria surpreendido porque não tinha sentido, uma vez

737que o Colegiado de Artes Visuais tinha mais duas pessoas; Explicou
738que na medida em que se tinha uma relação mais viável se tinha um
739poder político maior, e acreditava que essa viabilidade dos digitais
740passava por isso, e com relação aos demais colegiados, eles também
741tinham esse poder de organização, eram uma discussão que existia.
742O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) esclareceu que a
743questão da lista tríplice colocada era como um modelo que havia sido
744sugerido de atuação da Secretaria de Diversidade Cultural que iria ser
745levada a cargo para o Setor de Cultura Popular, não necessariamente
746as Artes Visuais e cada estado teriam que apresentar lista tríplice
747para que então fossem retirados os 3 nomes, a indicação de
748candidaturas poderão ser avulsas, as pessoas se candidatam e a
749questão do respaldo do nome do candidato deveria ser avaliada pelo
750colégio eleitoral que iria aprovar ou eleger esses candidatos, era o
751modelo acordado entre a Secretaria de Diversidade Cultural e o
752segmento de artes que ela estaria relacionada. O Sr. **Pedro**
753**Domingues** (SPC) esclareceu que em relação à escolha do
754conselheiro junto à plenária do conselho, as áreas que não tivessem
755colegiados, encaminhariam uma lista tríplice ao Ministro da Cultura
756para que ele fizesse a escolha do conselheiro, então eram duas listas
757tríplices que haviam sido ditas, uma formal no sentido de atuação da
758escolha do conselheiro e a outra na forma de qualificação de
759indicação de outros nomes para a pré conferência. O Sr. **Bruno**
760**Monteiro** (Dimensão Institucional) questionou quanto aos artistas
761digitais com relação ao número indeterminável de participantes do
762fórum dos artistas digitais, porque isso criaria um problema, bastava
763que você se sentisse artista digital, você diria que era artista digital
764ou teria algum critério mais elaborado para que essa distinção se
765fizesse; Questionou quanto aos recursos que a Sra. Ana Glafira
766estava colocando, pois a casa civil recriou o CNPC fiscalizador na
767medida em que ele passasse a fiscalizar, então até que ponto iria
768passar por ele ou ele não teria condições sobre a relação com os

769recursos para cultura. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC)
770explicou que a típica atuação de um órgão fiscalizador era fazer uma
771recomendação a posterior, para evitar, para melhorar a utilização dos
772recursos como um todo e tinha o tipo de órgão fiscalizador nas duas
773vertentes, a correção do feito e prevenção ou a melhoria dos
774processos do todo, agora orçar era outra atribuição. O Sr. **Tarcísio**
775**Ribeiro** (Atividade Artística) colocou que teria havido uma revolta
776com a arte digital, mas lembrou que uma parte da discussão no
777começo era porque as artes cênicas, que era menor que as artes
778visuais, estavam desdobradas em dança, teatro e circo e as artes
779visuais ainda estava aquele bolo e tinham chegado a conclusão que
780iriam tratar as artes visuais como um bolo, mas que era inevitável
781que na hora que fossem se organizar que iam se separar, e isso era o
782desejável, pois ela ia se separar e era desejável, pois eles abrangiam
783uma parte muito grande da produção artística brasileira e no entanto
784tinham um assento enquanto algo muito menor que eram as artes
785cênicas, que tinha 3 assentos; Com relação à fiscalização considerou
786complicado, porque não eram uma classe que tinha registro
787profissional, então qualquer um que se dissesse artista plástico, era
788artista plástico. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão Institucional)
789colocou que se dizia artista visual porque tinha um currículo
790comprovado. O Sr. **Tarcísio Ribeiro** (Atividade Artística) colocou que
791na hora do fórum eles não pediam o currículo, após tudo bem, mas
792anteriormente não, por exemplo, a lista tríplice quando teria sido
793discutida, o representante que iria tomar assento não tinha que levar
794o seu currículo junto, mas normalmente coisas importantes, por
795exemplo, como o fórum lá em Belo Horizonte de artes visuais, eles
796iriam chamar e pedir isso para a pessoa se colocar como
797representante; Explicou que a discussão era que estavam com
798problema entre o regimento interno que teriam discutido na primeira
799fase da reunião e o que iria acontecer para eleger esse próximo
800colegiado porque os votantes eram diferentes, em uma coisa e na

801outra. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) explicou que a
802representação se dava por 5 indicações do poder público e 15 da
803sociedade civil, sendo 3 por macrorregião; Explicou também que a
804questão dos 3 que seriam colocados para a pré-conferência, por
805estado que iriam somar 81, sendo 27X3, seriam para a pré-
806conferência que seria essa proposta que o Sr. Ricardo Rezende
807estava trazendo para fazer em Brasília no final do mês de janeiro, a
808proposta era que para o colegiado, ou seja, quem ocupava aquelas
809cadeiras daquele fórum, as 15 vagas não iriam ser disputados por 15
810pessoas, elas poderiam ser disputadas por uma infinidade de
811candidatos. O Sr. **Tarcísio Ribeiro** (Atividade Artística) colocou que
812era exatamente isso que estava propondo. O Sr. **Newton Rocha**
813**Filho** (Atividade Artística) esclareceu que na reunião que vai
814acontecer em janeiro, viriam os 3 representantes de cada estado e
815seriam eleitos os 3 por região, não viriam 2 instâncias, somente uma,
8163 por estado e mais os membros que ali estavam, porque eles iriam
817fazer a transição então não estava se sobrepondo. O Sr. **Tarcísio**
818**Ribeiro** (Atividade Artística) explicou que estava fazendo uma
819proposta de mudança, pois se eles já tinham os oitenta e um
820representantes, se já estavam com esses, iria ter que separar esses
821por estado e por macrorregião, e eles já estavam todos ali, então eles
822separariam por cada macrorregião, que iria eleger 3 que iria ser do
823colegiado setorial, pegaria todo mundo que já estivesse lá e fazer
824essa eleição. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-geral do CNPC)
825explicou que o regimento interno do Colegiado não podia disciplinar
826sobre eleição, ele falava sobre o funcionamento do colegiado e a
827eleição era disciplinada pelo Ministério, era uma competência dada
828pelo decreto 5.520, então todo processo eleitoral era disciplinado pelo
829Ministério da Cultura e o que eles poderiam fazer era mostrar,
830explicar o processo eleitoral, caso houvesse alguma dúvida, até
831porque era um processo eleitoral complicado, então caso houvesse
832alguma sugestão era para incorporar. O Sr. **Tarcísio Ribeiro**

833(Atividade Artística) explicou que no regimento estava constando 15
834representantes da sociedade civil organizada, e que seriam escolhidos
835pelos 5 fóruns setoriais de cada macrorregião administrativa e seus
836suplentes, então já estava sinalizando quem escolhia, só não falava
837como iria se constituir os fóruns setoriais. O Sr. **Marcelo Veiga**
838(Coordenador-geral do CNPC) explicou que aquela questão específica
839era uma reprodução do regimento do plenário, que era uma regra
840específica que estava no próprio regimento do CNPC, que eles
841reproduziam no regimento do colegiado. O Sr. **Tarcísio Ribeiro**
842(Atividade Artística) questionou então se a eleição do colegiado não
843poderia ser através dos 102 que já estariam ali. O Sr. **Marcelo Veiga**
844(Coordenador-geral do CNPC) reiterou que era daquela forma que os
845futuros membros desse colegiado saíam de um colégio eleitoral,
846que, por sua vez, seria constituído na Pré-Conferência de Artes
847Visuais e quem iria fazer parte eram os 3 representantes por estado,
848que daria $27 \times 3 = 81$, mais os membros do Colegiado de Artes
849Visuais, então seria desse colégio eleitoral que se escolheria os 15 do
850Colegiado. O Sr. **Diógenes Chaves Gomes** (Região Nordeste) abriu
851a sua fala para o Sr. Ricardo Rezende apresentar porque parecia que,
852pela seqüência, ele iria falar das sugestões para o encaminhamento
853da mobilização para os estados, até porque tinha algo que era real e
854teria acabado de acontecer a Conferência Municipal de Cultura de
855João Pessoa e nenhum dos delegados era de artes visuais, daí a
856necessidade de definir que a pré-conferência teria garantia de pelo
857menos alguém independente do colegiado, alguém na Conferência
858Nacional em Março, então achava importante que encaminhassem
859junto a FUNARTE, a forma geral que eles iriam começar a deflagrar
860essa mobilização. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-geral do CNPC)
861observou que esse era o ponto focal que eles tinham que se ater, era
862a questão primordial, então esse era um ótimo encaminhamento, que
863esses critérios poderiam ser enviados para a Funarte para serem
864analisados conjuntamente. O Sr. **Neno Brazil** (Região Sul) registrou

865que considerou absurdo a criação do termo "Arte Digital", pois eles
866poderiam ter tomado outra atitude, poderiam ter ido falar com algum
867Ministro, e poderiam conversar, discutir e incluir, nada mais do que
868um pincel moderno que era a arte digital ou qualquer arte
869cibernética, pois era uma pena chegar até lá representando a região
870com esse tipo de questão sendo colocada. O Sr. **Emanuel Franco**
871(Região Norte) reforçou o que foi colocado pelo Sr. Neno Brazil, pois
872passaram e discutiram, fizeram campos de ação, uma tarefa difícil de
873elaboração de campos de ação das artes visuais perpassando das
874técnicas mais primitivas até as atuais, tinham feito isso no maior
875esforço e de repente a Arte Digital estava contemplada com a
876vertente da Arquitetura, enfim dentro desse campo de ação,
877considerou que havia ficado determinado dentro do documento que
878surpreendia que ela aparecesse como um Grupo de Trabalho
879constituído e de repente via esse separatismo, não concordava e
880considerava que a partir do momento que fossem pregar modelos de
881editais, modelos de salão de artes e projetos, veria contempladas as
882artes visuais como elemento visual, então veria trabalho de gravura
883digital, trabalho de outros elementos digitais contemplados em salões
884de artes visuais, então não era nada contra as artes digitais, achava
885um avanço, era uma constituição extremamente política, não
886pensando na evolução das artes visuais. O Sr. **Marcelo Veiga**
887(Coordenador-Geral do CNPC) esclareceu que a área teria sido
888constituída a partir do decreto 5.520, então tinha assento no plenário
889do Conselho, a arte digital e a partir desse assento era legítimo que
890eles solicitassem a constituição de um Colegiado, assim como
891qualquer outra área e reconheceu que o Decreto 5.520 era ruim. O
892Sr. **Emanuel Franco** (Região Norte) colocou que para eles que
893participavam de um colegiado há 5 anos e que vinham debatendo
894essas questões das artes visuais, e que todas as questões vinham
895sem um interesse político, então o colegiado estava naquela área
896desconstruído. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)

897 corrigiu que era o decreto 5.520, de 24 de julho de 2005, que estava
898 no site e sempre esteve, e eles teriam reformulado e colocado na
899 primeira reunião do colegiado na pasta, inclusive estava no balanço
900 que teria sido entregue anteriormente; Colocou que aos poucos eles
901 estavam melhorando o decreto, e estavam propondo outras
902 alterações, não tinham conseguido discutir a renovação do colegiado
903 e do plenário, mas era uma discussão que estava acontecendo no
904 plenário. O Sr. **Tarcísio Ribeiro** (Atividade Artística) perguntou se
905 existia a renovação de 2/3 e 1/3, mas se existia a possibilidade de
906 mais um mandato, pois era o tipo da coisa que eles poderiam
907 solucionar na eleição, porque teriam 96 pessoas que iriam eleger 15,
908 então esse tipo de ponderação poderia ser uma coisa que eles
909 mesmos colocariam para que a questão fosse pensada como um
910 todo. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) explicou
911 que isso iria depender da articulação de cada um e que eles já saíam
912 na frente, pois conheciam o processo eleitoral e podiam começar a se
913 articular. O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) informou que
914 nada impedia que o site do CNPC tivesse o decreto, isso era
915 rapidamente resolvido, mas se eles quisessem qualquer decreto eles
916 poderiam conseguir pelo site do planalto www.planalto.gov.br, onde
917 teria um ícone que era legislação e lá teria decretos, decretos-lei,
918 emendas constitucionais, e na questão dos decretos, eles estavam
919 numerados em ordem decrescente, então sabendo o número do
920 decreto dá para ir eliminando e ter acesso a todos os decretos
921 editados pelo governo federal. O Sr. **Alexandre Lambert** (Região
922 Sudeste) observou que poderiam pensar na possibilidade de trazerem
923 também os suplentes para participarem desse encontro. O Sr.
924 **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) explicou que eles
925 poderiam participar como observadores, porque não eram delegados
926 e não compunham o colégio eleitoral, apenas os membros titulares
927 eram membros natos das pré-conferências, não podendo ser
928 substituídos pelos suplentes, caso um não possa, ficariam com um a

929menos; considerou que tinham que lembrar o momento histórico
930específico de cada linguagem, e existiam algumas linguagens que não
931tinham organização possível, passível de serem constituídas em
932colegiado e tinham outras que não, a arte digital poderia ter, mas
933tinham 20 áreas que compunham áreas que não teriam articulação
934política suficiente para constituir um colegiado, e para que se
935representasse no plenário, formaria a lista tríplice e o Ministro teria
936que escolher. O Sr. **Edgar Vasques** (Atividade Artística) colocou que
937não era uma nova área, mas a justificativa que ele havia dado teria
938sido de uma nova linguagem que não teria condições de ter um
939colegiado, sendo que essa nova linguagem estava no colegiado das
940artes visuais, dizendo que não estava representada, mas estava
941dentro do trabalho que eles haviam feito; Discordou do Sr. Tarcísio,
942pois o Poder Executivo não havia os chamado para elaborar isso, e
943desautorizou a câmara setorial, porque foi isso que aconteceu,
944amanhã poderia chegar outro grupo que tem o lobby político bom e
945pedia outro representante para efeitos de representatividade pública,
946isso tinha que ter uma regra, tinha que ser estabelecido. O Sr.
947**Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) questionou quando
948isso teria sido estabelecido. O Sr. **Edgar Vasques** (Atividade
949Artística) informou que foi há 3 anos. O Sr. **Marcelo Veiga**
950(Coordenador-Geral do CNPC) colocou que a questão era de quando o
951decreto havia sido feito. O Sr. **Edgar Vasques** (Atividade Artística)
952colocou que a arte digital era uma coisa tão abrangente e tão
953inespecífica, pois todos utilizavam meios digitais em seus trabalhos,
954então de repente todos eram artistas digitais. O Sr. **Newton Rocha**
955**Filho** (Atividade Artística) completou dizendo que se criava uma área
956de artes, politicamente e não conceitualmente, porque
957conceitualmente ela estava dentro das artes visuais. O Sr. **Edgar**
958**Vasques** (Atividade Artística) reiterou que era um erro conceitual. O
959Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) lembrou que eles
960não podiam confundir Câmara Setorial com Colegiado, com Decreto

9615.520, com CNPC, o decreto que criava a cadeira da arte digital era
962um decreto de 2005 e o que o Sr. Alexandre estava falando era que a
963definição da ata teria sido feita em 2006. O Sr. **Edgar Vasques**
964(Atividade Artística) considerou que a discussão estava acontecendo
965na Câmara e isso não teria sido levado em conta. O Sr. **Alexandre**
966**Lambert** (Região Sudeste) colocou que em 2005 eles ficaram
967sabendo que haveria o assento para arte digital preferencialmente
968por um artista visual, entendendo que a arte e tecnologia não era um
969objeto de pertencimento exclusivo do campo das artes digitais e já
970naquela época o nome que se aventava era o nome que foi nomeado
971da Sra. Patrícia Canetti, e teria sido no final do ano de 2005, esses
972dados já estavam oficializados em 2005. A Sra. **Ana Glafira**
973(Atividade Artística) no seminário em 2005 aonde foram eleitos, a
974Patrícia Canetti não teria conseguido ser eleita no processo então era
975uma questão mesmo de poder e querer estar presente, porque a
976questão era conceitual. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
977CNPC) informou que aquele debate iria continuar no colegiado, e
978solicitou que focassem na questão dos critérios. O Sr. **Newton**
979**Rocha Filho** (Atividade Artística) colocou que eles também durante
980todo o processo haviam pensado em sugestões para uma política
981pública, inclusive no campo institucional e até mesmo as questões
982profissionais como teria sido levantado pelo Sr. Ricardo Rezende, e
983como se tratava o artista nos editais, nas exposições, eles estavam
984dispostos a contribuir com o que fosse possível. O Sr. **Ricardo**
985**Rezende** (Funarte) colocou que não pensava na arte digital, na
986fotografia, ou na arte da performance, pensava as artes visuais como
987um grande campo que abarcava tudo isso e considerava importante
988que a questão mais forte era a necessidade, aí caberia a eles dar o
989entendimento do que eram as artes digitais e enviar para o Ministério
990da Cultura e a FUNARTE; Propôs junto com a sua equipe na Funarte,
991que na última quinzena de novembro fizessem esses encontros
992regionais; A primeira reunião seria mais para traçar estratégias, de

993mobilização e se possível falar nos jornais, dar entrevistas, falar o
994que eles estavam fazendo ali, se possível falar a importância daquilo
995e esse tipo de articulação para uma segunda reunião que aconteceria
996na primeira quinzena de dezembro. O Sr. **Bruno Monteiro**
997(Dimensão Institucional) explicou que quando eles haviam optado por
998aquele formato híbrido, temático e regional, era exatamente para que
999não houvesse uma sobrecarga e que, de certa forma, não houvesse
1000um privilégio sobre um recorte temático específico, então o
1001representante teria esse papel de fazer aquela articulação por região,
1002e isso não teria sido levado em conta por todo um processo que não
1003teria sido tão longo, pois teria se extinguido, ele não se extinguiu,
1004mas teria desacelerado em 2006, então essa seria uma excelente
1005ocasião para que o representante regional se exercitasse com a
1006necessidade que existia. O Sr. **Newton Rocha Filho** (Atividade
1007Artística) colocou que eles tinham feito aquilo como uma forma de
1008áreas por região. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão Institucional -
1009Representante CNPC) frisou que era uma forma deles iniciarem uma
1010reflexão sobre os fatos, portanto sugeriu como local aquele que fosse
1011meno
1012s articulado na região. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) colocou que
1013era Maceió ou Aracaju, no nordeste ou São Luis do Maranhão, essa
1014três cidades; **Item 3 - Informes, Deliberações e**
1015**Encaminhamentos.** O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) encaminhou
1016que teriam essa segunda reunião em dezembro, para que elegessem
1017os delegados que estariam na pré-conferência em janeiro. A Sra. **Ana**
1018**Glafira** (Atividade Artística) questionou se já haviam definido a
1019cidade por região e as datas. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte)
1020informou que essa reunião era mais para que focassem nos objetivos
1021que eles tinham, com apoio talvez com aquela reunião secundária, a
1022primeira em novembro e a segunda na primeira quinzena de
1023dezembro, talvez fosse interessante traçar estratégias, conhecer
1024pessoas, conhecer a realidade local que eles não tinham essa noção

1025de conhecer algumas cidades e muitas outras estavam fora do
1026currículo e eles precisavam também abrir o diálogo. O Sr. **Ricardo**
1027**Rezende** (Funarte) sugeriu que pensassem os lugares, e se deixasse
1028em aberto que aí eles se articulariam por região. O Sr. **Marcelo de**
1029**Barros** (Assimilação Social da Produção) sugeriu que no nordeste
1030fosse realizado na cidade de Maceió exatamente por ser uma das
1031mais desarticuladas, mas com grande potencial e porque lá não tinha
1032uma, mas duas pessoas para poder auxiliar, que eram também
1033pessoas articuladas com setores secundários como moda, design e
1034até arte digital. O Sr. **Diógenes Chaves Gomes** (Região Nordeste)
1035colocou que se tivessem tempo, um ano pela frente seria a melhor
1036articulação, pois era notável que a participação, como colocado pela
1037Sra. Ana, era difícil dos artistas; Contou que tinha participado da
1038Conferência Municipal de Cultura, que teria sido organizada pelas
1039artes visuais, não pelo Ministério da Cultura, o que era bom, o que
1040queria dizer era que se a reunião fosse em Maceió, ele iria junto com
1041essa pessoa tentar organizar uma pré conferência estadual para que
1042em Maceió já chegassem com algo mais enxuto, mas sabia que
1043aquela não era uma realidade fácil em todos os estados. O Sr.
1044**Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) colocou que a reunião
1045regional seria uma forma de incentivar que “estadualmente” as coisas
1046acontecessem, com mais intensidade. A Sra. **Ana Glafira** (Atividade
1047Artística) questionou se o Ministério iria bancar, por exemplo, a ida
1048para essa reunião pelo menos dos titulares que compunham a região.
1049O Sr. **Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) colocou que não tinha
1050como afirmar isso, pois não sabia da disponibilidade ou do limite
1051financeiro, pois tinha a disposição dos colegiados para promover
1052deslocamento de conselheiro porque tinha uma programação, o
1053conselho tinha uma programação, teria agora em novembro a reunião
1054da plenária do conselho que provavelmente eles teriam que garantir,
1055pois era um rito ordinário, e se tinham ainda recursos, então no caso,
1056tinham que enviar quais dessas pessoas necessitariam de fato do

1057deslocamento, e nesse sentido era importante estabelecer como
1058encaminhamento do colegiado que o mesmo decidiu estabelecer uma
1059comissão que iria reunir com a FUNARTE em tais datas porque isso
1060tinha que ser um encaminhamento do colegiado, pois de qualquer
1061forma teria que justificar o porquê de estar arcando com despesas de
1062deslocamento de membros do colegiado se não é para uma reunião
1063do colegiado. A Sra. **Ana Glafira** (Atividade Artística) sugeriu que de
1064qualquer forma as pessoas se articulassem com as secretarias, com
1065as prefeituras, tanto dos estados, como das prefeituras, para um
1066apoio, o próprio Ministério que estaria articulado com essas
1067secretarias poderia respaldar esse apelo. O Sr. **Fabiano Lima**
1068(Assessor Técnico CNPC) colocou que quanto a isso não havia
1069nenhum problema. O Sr. **Edgar Vasques** (Atividade Artística) propôs
1070como encaminhamento que cada região falasse por si, e tivesse uns
1071minutos para que os membros dessa região se articulassem e
1072passassem essa informação. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte)
1073sugeriu então que marcassem a partir do dia 12 de novembro, para
1074que facilitasse o deslocamento e que comesçassem pela região norte,
1075nos dia 12 e 13, e daí partiriam para a região Nordeste, região
1076Centro-Oeste, Sudeste e terminariam no Sul, com um espaçamento
1077de dois dias entre cada reunião. O Sr. **Bruno Monteiro** (Dimensão
1078Institucional) sugeriu que se levassem em conta os horários, pois em
1079Recife mesmo seria mais fácil à noite. O Sr. **Ricardo Rezende**
1080(Funarte) explicou que essa reunião era uma reunião de trabalho
1081interno com os membros da localidade e na segunda reunião que
1082iriam denominar o local da reunião onde iriam eleger os delegados, a
1083primeira reunião era mais para conhecimento de área, da região e aí
1084pensar qual a demanda, qual a necessidade e como é que eles
1085poderiam articular, quais são os problemas justamente com essas
1086linguagens todas que eles tinham para representar, e traçar as
1087questões estratégicas para as duas semanas seguintes que eles
1088pudessem fazer a reunião, esse era o melhor encaminhamento. O Sr.

1089**Fabiano Lima** (Assessor Técnico CNPC) convidou o ordenador de
1090despesa para esclarecer a questão das passagens. O Sr. **Marcelo**
1091**Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) informou que o CNPC não tem
1092orçamento, então toda a questão das pré-conferências e tudo que
1093envolva as pré-conferências vai ser custeado pela Secretaria, e que
1094essas reuniões têm que sair pela Funarte, porque tem que ver, diante
1095da verba, a viabilidade e como vai ser feito da melhor forma possível.
1096O Sr. **Diógenes Chaves Gomes** (Região Nordeste) colocou que
1097mesmo trabalhando em Belém, considerava que, no momento,
1098Manaus seria o ideal para a reunião. O Sr. **Bruno Monteiro**
1099(Dimensão Institucional - Representante CNPC) disse que poderia
1100marcar para o dia 12 ou dia 13, em Manaus. O Sr. **Ricardo Rezende**
1101(Funarte) pediu a todos que passassem por e-mail para a Sra. Izabel
1102Costa que ficou por concentrar essas informações para depois
1103correrem para elaborar rapidamente um orçamento para essas
1104atividades, e assim, depois passar para a Direção Executiva da
1105FUNARTE para tentar reivindicar. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte)
1106perguntou se poderiam fazer a reunião no sábado em Maceió. A Sra.
1107**Ana Glafira** (Atividade Artística) sugeriu que fosse durante a semana
1108colocando que seria mais produtivo, pois poderiam convocar vários
1109representantes em varias áreas do Estado. O Sr. **Neno Brazil**
1110(Região Sul) colocou que a reunião para definir os delegados teria
1111que ser na mesma cidade. O Sr. **Luiz Gustavo Vardânega**
1112(Assimilação Social da Produção) ressaltou que no sentido de
1113articulação, por exemplo, seria Sergipe, no caso do Piauí, seria São
1114Luís, que ocupam de certa forma um nordeste mais de baixo, e que o
1115nordeste mais de cima eles estariam desarticulados; Colocou que por
1116outro lado tem uma definição geográfica onde coincidentemente
1117Paraíba e Pernambuco estão bem no centro, mas são bem
1118articulados, e já Maceió tem uma vantagem de articulação; Observou
1119que junto a FUNARTE poderiam ter essa primeira articulação como
1120uma tomada de posição e tomada de situação da realidade. O Sr.

1121**Tarcísio Ribeiro** (Atividade Artística) explicou que seriam então
1122duas reuniões para esse ano ainda, uma na segunda quinzena de
1123novembro, que seria uma reunião interna de trabalho com o
1124Conselho, e outra que seria na primeira ou segunda quinzena de
1125dezembro, onde iriam tirar os delegados que irão para a pré-
1126conferência em janeiro. O Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) sugeriu
1127que a primeira cidade do Nordeste para esse encontro fosse Recife ou
1128Fortaleza, e a segunda seria Maceió, ainda considerou que Recife
1129seria melhor ainda, pois mobilizaria muita gente. O Sr. **Emanuel**
1130**Franco** (Região Norte) disse que Recife, Fortaleza e João Pessoa
1131estariam alimentando esse processo, que não deveriam decidir por
1132Maceió, que não sabia se Maceió deveria ser nesse primeiro momento
1133ou no segundo momento o local definido. A Sra. **Ana Glafira**
1134(Atividade Artística) sugeriu que a primeira fosse em Maceió e a
1135segunda em Recife, e em Recife sairia a indicação das pessoas dos
1136estados, e na segunda fariam a eleição dos representantes estaduais;
1137Ressaltou que já possuem a premissa de saber que há desarticulação,
1138que há dificuldade da desorganização, e que é importantíssimo
1139justamente consolidar o mínimo de articulação por que é disso que
1140vai sair o fortalecimento e a articulação depois do que está
1141desarticulado; Lembrou que como o Ministério já informou que não
1142tem recursos para bancar esses deslocamento já haviam decidido que
1143a reunião seria em Recife, e a segunda em Maceió, e que na terça-
1144feira estaria com o requerimento na Secretaria de Estado da Cultura.
1145O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC) reforçou a
1146necessidade de objetivarem isso, porque senão começariam a ter um
1147problema, porque iriam perder a equipe de apoio. O Sr. **Marcelo de**
1148**Barros** (Assimilação Social da Produção) insistiu que a reunião fosse
1149realizada em Salvador. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
1150CNPC) informou nos dias 6, 7 e 8 de dezembro tinha um evento que
1151estava sendo programado desde o início do ano, então nesse período
1152seria muito difícil; Sugeriu que na região Sudeste fosse feito uma em

1153Belo Horizonte e outra em Vitória. O Sr. **Edgar Vasques** (Atividade
1154Artística) colocou então dia 18 em Florianópolis. O Sr. **Ricardo**
1155**Rezende** (Funarte) colocou que tinha Curitiba para ser mobilizada,
1156teriam duas cidades Florianópolis e Curitiba, e que podiam mobilizar
1157as duas. O Sr. **Newton Rocha Filho** (Atividade Artística) disse que
1158poderia ser em Curitiba a segunda, poderia ser na seqüência mais
1159rápida; Colocou que na medida em que a segunda reunião seria
1160eletiva talvez fosse melhor que a segunda fosse realizada no meio do
1161caminho, portanto a primeira particular com eles poderiam fazer em
1162Curitiba e depois a segunda poderia ser em Florianópolis, segundo
1163ele, seria mais atraente. O Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do
1164CNPCC) esclareceu que a segunda reunião poderia ser feita do modo
1165como eles achassem mais conveniente, tanto para região, quanto
1166para o setor, que não havia uma regra pré estabelecida, e ainda que
1167a definição era de haver necessidade de três representantes por
1168unidade da federação para a pré-conferência para que eles pudessem
1169formar o colégio eleitoral. O **Ricardo Rezende** (Funarte) informou
1170que estava definida a Região Sul, no dia 18 em Curitiba, e que só
1171faltava negociar com a FUNARTE a verba, e que as outras datas das
1172outras regiões, iriam decidir por lá. O Sr. **Diógenes Chaves Gomes**
1173(Região Nordeste) lembrou que teriam que fazer um contato com o
1174Serafim ou Fernando, do centro-oeste, para definir essa outra data. O
1175Sr. **Ricardo Rezende** (Funarte) propôs que da Região Centro-Oeste
1176fosse dia 21 em Cuiabá, Corumbá ou Campo Grande. Após diversas
1177deliberações, o Sr. **Marcelo Veiga** (Coordenador-Geral do CNPC)
1178informou que devido ao adiantado da hora teriam que finalizar a
1179reunião naquele momento; Agradeceu a presença de todos,
1180parabenizou o Colegiado pelo trabalho e deu por encerrada a reunião.